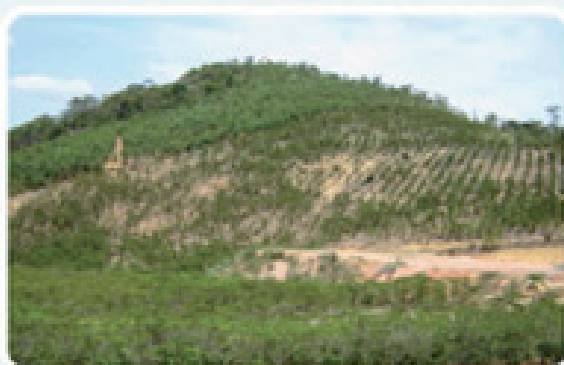


Levantamento de áreas agrícolas degradadas

Um projeto piloto do Cedagro testou uma metodologia de trabalho para o levantamento de áreas agrícolas degradadas que tivesse boa precisão, baixo custo e rapidez. O estudo foi realizado no município de Águia Branca, Noroeste do estado do Espírito Santo.

Como metodologia, foram testados o mapeamento executado por classificação automática de imagem do satélite CBERS 2 e o mapeamento executado por identificação visual (classificação manual) de imagem Spot e fotografias aéreas. Confira as conclusões deste levantamento:

- O município de Águia Branca possui, na área agrícola, cerca de 18% de degradação. Considerando as áreas de pasto e café, principais atividades agrícolas, o município apresentou respectivamente 35% e 32% de degradação, valores relativamente elevados.
- Para o levantamento da degradação, especialmente em áreas de pastagem, pode ser utilizada a classificação automática por ser um método confiável e ao mesmo tempo de rápida operacionalização e de baixo custo.
- O levantamento por classificação manual deverá ser utilizado apenas nos casos em que ocorra alguma dúvida e/ou necessite de apurar algum detalhe importante.
- É imprescindível a aferição em nível de campo para se reduzir os erros, aumentando assim a confiabilidade dos resultados obtidos.



Código Florestal Brasileiro em debate: Estudo realizado pelo Cedagro é apresentado em Brasília

O estudo “Impacto agrônômico, social e econômico da aplicação da Legislação Florestal/Ambiental nas áreas rurais do Estado do Espírito Santo”, realizado pelo Centro de Desenvolvimento do Agronegócio (Cedagro), verificou que com a aplicação do Código Florestal vigente, somente no que se refere às áreas de preservação permanente (APP's), haveria uma redução de 24% de área agricultável no Estado, acarretando perdas de aproximadamente R\$ 1 bilhão de renda no meio rural e de 120 mil postos de trabalho. Na cafeicultura foi estimada uma diminuição de 2,2 milhões de sacas anuais.

Estes dados foram apresentados durante a visita das lideranças do setor agrícola capixaba a Brasília, no dia 24 de março, quando foram sugeridas propostas gerais para o novo Código Florestal Brasileiro. Participaram da comitiva o secretário de Estado da Agricultura, Enio Bergoli, o Coordenador da Comissão de Agricultura da Assembleia, José Roberto Hernandez, o Subsecretário de Desenvolvimento Agropecuário da Seag, Gilmar Gusmão Dadalto, os deputados estaduais Cacau Lorenzoni (PP) e Atayde Armani (DEM), e o coordenador do Conselho de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Federação da Agricultura e Pecuária do ES (Faes), Murilo Antônio Pedroni.